



EIXO 11: FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES PARA OS DESAFIOS DO ENSINO NO SÉCULO XXI

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO COMO EIXO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FORMACAMPO NA BAHIA

Antoniclebio Cavalcante Eça

UESB

antoniclebio@gmail.com

Arlete Ramos dos Santos

UESB

arlerp@hotmail.com

Resumo

O trabalho em forma de relato de experiências aborda de forma crítica e expõe algumas lacunas históricas e políticas do direito à educação no Brasil, com destaque para a formação de educadores do campo, tendo como principal objeto de estudo o Programa Formacampo, desenvolvido no estado da Bahia. Com isso, sustentamos a tese de que a efetivação do direito à educação só é possível mediante políticas públicas mais consistentes que compreendam a pluralidade cultural, as singularidades territoriais e as especificidades sociais das populações do campo, mediante processos formativos que superem as desigualdades estruturais históricas. A partir de uma abordagem de inspiração dialética, ancorada no materialismo histórico, ressaltamos a importância de refazer uma leitura crítica da constituição do direito à educação como direito social, subjetivo e ao mesmo passo emancipatório, pela qual marca uma transição fundamental na compreensão da responsabilidade e compromisso social do Estado brasileiro. Ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha consagrado a educação como direito de todos, as políticas públicas educacionais continuam sendo fragmentadas e distantes das promessas de emancipação e igualdade. Diante desse contexto, conforme apontam Eça e Santos (2023), por um lado, a educação é proclamada para o cidadão como direito e dever do Estado no referido artigo constitucional, com isso, estaríamos bem próximos da universalização do acesso ao ensino, perpassando pelas etapas e modalidades de ensino. Mas, por outro lado, as representações dos movimentos sociais, indicam que ainda estamos bem distantes das promessas de emancipação e de igualdade postos na base dos ordenamentos do direito público à educação. No entanto, rebuscando o ordenamento vigente com olhar atento no presente, apesar dos avanços legais, há uma distância significativa com relação ao que é previsto na



legislação e o que de fato é efetivamente vivenciado nas comunidades que vivem e convivem no campo. As populações do campo, - meio rural, enfrentam condições adversas de acesso, permanência e qualidade da educação, e a precariedade na formação docente é um dos principais entraves para a consolidação de uma política educacional efetiva, justa e democrática. Nesse cenário, buscamos explorar de forma detalhada as políticas de formação docente, com especial ênfase na Educação do e no Campo, articulando as diretrizes operacionais legais, além de programas governamentais e a atuação dos movimentos sociais e sindicais. É nesse contexto que o Programa de Extensão Universitária denominada de Programa Formacampo, emerge como uma experiência relevante de formação continuada de educadores, específica para professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos com a educação no campo baiano. O Programa Formacampo iniciado no ano de 2021 é apresentado como uma proposta extensionista vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (Gepemdecc/CNPq) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista-Bahia, com várias frentes de trabalhos que abordam eixos estruturantes para a Educação do Campo e Cidade, atendendo aos sistemas ou rede de ensino nos diversos Territórios de Identidade da Bahia, promovendo uma formação continuada contextualizada, crítica e emancipadora. Por esse caminho, o programa tem buscado como premissa a articulação entre pesquisa, ensino e extensão, e nessa perspectiva sua estrutura metodológica envolve atividades síncronas, assíncronas, oficinas, seminários e rodas de conversa entre os diversos municípios baianos. Entre as principais ações de mediações ofertados estão a reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas do campo, a construção das Diretrizes Municipais da Educação do Campo (DMECs) e estruturação das Matrizes Curriculares da Educação das Escolas do Campo, com vistas à consolidação de uma política educacional coerente com a identidade, os princípios e realidade da Educação do Campo. Importante destacar que o processo formativo promovido pelo Formacampo rompe com a lógica tecnicista e mercadológica predominante nas políticas neoliberais de formação docente. Ou seja, ao invés de responsabilizar individualmente o professor do campo e da cidade pelo fracasso ou desempenho escolar, a proposta reconhece os fatores condicionantes nas dimensões sociais, históricas e econômicas que atravessam o processo educativo entre o ensinar, aprender e se desenvolver. A análise das ações do Formacampo revela importantes resultados, como a adesão de vários municípios baianos ao programa, o envolvimento de milhares de cursistas e a articulação interinstitucional entre escola, universidade, movimentos sociais e redes de ensino. Além disso, o programa se mostrou



sensível ao contexto pandêmico e pós pandêmico, propondo ações que minimizaram os impactos causados pela pandemia provocada pelo COVID-19/SARS II, no âmbito educacional, sobretudo em comunidades vulneráveis, como exemplo, as populações do campo. Outro ponto fundamental é a valorização da identidade camponesa e do saber popular, integrando a pedagogia da alternância, itinerância, a agroecologia, a cultura, sustentabilidade e o trabalho como elementos centrais na estrutura curricular e nos projetos pedagógicos. Dessa forma, o Formacampo se configura como uma resposta concreta às demandas históricas de luta e resistência dos movimentos sociais do campo por uma educação mais libertadora, enraizada nos territórios e nas práticas de vida das comunidades do campo, das águas e das florestas. Contudo, reiteramos a importância da construção de políticas públicas de formação de educadores que sejam interseccionadas com as lutas sociais, contextualizada com base na realidade local, com maior promoção da justiça social e com a superação da lógica capitalista, perversa e acima de tudo excludente. Por fim, a experiência do Programa Formacampo aponta caminhos para uma gestão educacional participativa, coletiva e conjunta, capaz de reconhecer a diversidade, pluralidade, singularidade e especificidade dos sujeitos do campo e, com isso, construir alternativas pedagógicas socialmente transformadoras.

Palavras-chave: Educação do campo. Formação de educadores. Políticas educacionais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 01 de out. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, 2012a.

EÇA, A. C.; SANTOS, A. Ramos. **O Direito à Educação no Brasil e a Política de Formação de Educadores na Perspectiva do Programa Formacampo na Bahia**. Cap. 11 – Livro: Avaliação educacional, currículo e formação de professores: experiências desde Brasil e Moçambique. (Orgs.) Nunes; Gomundanhe; Freia - Vitória da Conquista – Ba: Edições UESB, 2023.

EÇA, A. C. [et al]. **Caderno de orientações para construção ou (re) elaboração das Diretrizes Municipais da Educação do Campo - DMEC**. 77 fs. Programa de Formação de Educadores do Campo – Formacampo. Programa de Pós-Graduação em Educação – UESB: Vitória da Conquista-Bahia, 2022.



SANTOS, Arlete Ramos. Relatório Técnico do Programa de Formação de Educadores do Campo – **FORMACAMPO: educação do campo**. Gepemdecc - PPGEd/UESB- Vitória da Conquista, 2022. 36p.